OSX BRASIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2018

OSX BRASIL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras intermediárias

Relatório da Administração – OSX Brasil S.A. EM Recuperação Judicial ("OSX e/ou Companhia")

O foco da Companhia continua a ser o apoio à Porto do Açu Operações S.A. ("PdA") na prospecção de novos clientes para locação de sua área no Porto do Açu. Ao longo do terceiro trimestre de 2018, a Administração da Companhia apresentou informações e prestou os esclarecimentos solicitados pelas partes interessadas de forma a demonstrar o cumprimento do Plano.

O principal desafio da Companhia continua sendo a equalização de suas receitas em contrapartida das obrigações geradas para manutenção do seu Plano. A PdA continua responsável pelo Contrato de Gestão de Área a fim de se obter locatários objetivando a geração de novas receitas para a Companhia.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e Diretores da
OSX Brasil S.A.- Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 1 das informações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas estão em processo de recuperação judicial. Os Planos dependiam de aprovação pela maioria dos credores listados, tanto em quantidade quanto em valor para ser colocado em andamento, o que ocorreu em dezembro de 2014.

Com a aprovação dos planos, a Companhia e suas controladas deverão atender condições para o sucesso da Recuperação Judicial, entre elas: aporte de novos recursos; reestruturação de dívidas contraídas perante seus credores; renegociação do endividamento referente a conversão dos créditos em capital da Companhia; reestruturações necessárias nos órgãos de administração; alienação de bens que integram seu ativo permanente.

Chamamos a atenção para o fato da Companhia estar incorrendo em prejuízos constantes. No trimestre findo em 30 de setembro de 2018, o prejuízo líquido apurado, foi de R$ 337.520 mil e os prejuízos acumulados montam R$ 9.428.570 mil, indicando a existência de incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia continuar operando, existindo, inclusive, a possibilidade da Companhia não ser capaz de realizar seus ativos e saldar seus passivos durante o curso normal dos negócios.

Uma incerteza significativa existe quando a magnitude potencial de seu impacto e a probabilidade de sua ocorrência são tais que, no julgamento do auditor independente, a adequada divulgação da natureza e das implicações da incerteza é necessária para apresentação adequada das demonstrações contábeis.

Conforme determinado pela NBC TA 570, concluímos que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias, porém existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional relacionada ao sucesso do plano de recuperação judicial, tendo em vista o atendimento de todas as condições demonstradas anteriormente.

Concluímos, também, que as informações financeiras descrevem adequadamente, através das notas explicativas nº 1 e 29, os principais eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e os planos da administração para tratar desses eventos ou condições.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Fornecedores

A Companhia e suas controladas apresentavam em 30 de setembro de 2018 os montantes de R$23.367 mil e R$986.228 mil na controladora e no consolidado, respectivamente, na rubrica de Fornecedores, os quais referem-se aos credores habilitados no Plano de Recuperação Judicial, deferido em 26 de novembro de 2013. Obtivemos a relação do Quadro Geral de Credores que foram habilitados ao Plano de recuperação Judicial com as atualizações ocorridas ao longo de todo o processo. Chamamos a atenção ao fato de que as informações referentes aos valores dos créditos que se alteram em razão da apresentação das divergências ao Administrador Judicial, e, aquelas por sentença em processo de impugnação só serão informadas no desfecho do processo judicial.

Desconsolidação

Chamamos atenção sobre o assunto “Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.”, descrito na nota explicativa nº 1, sobre a falência da OSX Leasing Group B.V. na Holanda, em 15 de julho de 2015, que se encontra sob supervisão da justiça holandesa e sob gestão de um administrador específico. A Companhia passou a não exercer nenhum controle ou influência política, financeira e operacional, significativas, sobre os negócios, incluindo também as controladas e coligadas. Após a divulgação do fato relevante por parte das empresas Óleo e Gás Participações S.A. (“OGpar”) e Dommo Energia S.A. (atual denominação de OGX Petróleo e Gás S.A.) (“Dommo”) comunicando a obtenção de “decisão judicial em caráter liminar para reduzir o valor do daily rate do afretamento da FPSO OSX 3, concedida pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em face de OSX 3 Leasing B.V. (“OSX 3”), na qualidade de proprietário da embarcação, bem como de Nordic Truste, a Dommo e a Companhia acordaram a suspensão, pelo prazo de 6 meses:

(i) dos pagamentos devidos pela Dommo à título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e (ii) de certas obrigações previstas nos contratos relacionados ao Afretamento. O prazo da suspensão acordada em 13 de março de 2015 findou-se e a Companhia não atingiu acordo com os Bondholders da OSX3 com o objetivo de encontrar uma forma de equacionar seus débitos com os primeiros e a solução mais favorável para o FPSO. Em 2015, a Nordic Trustee ASA apresentou, na Holanda, pedido de falência das sociedades OSX 3 Holding B.V., OSX 3 Holdco B.V. e OSX Leasing Group B.V., subsidiárias da Companhia e votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX Leasing Group B.V., resultando na falência da mesma.

Por conseguinte, a Companhia passou a não mais deter controle ou influência nesses negócios. A liquidação dos ativos e passivos das mesmas está sendo supervisionado pela justiça holandesa e gerido por um administrador específico.

"Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia e suas controladas

Como é de conhecimento público, estão em andamento investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada “Operação Lava Jato” e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, a saber, Operação X, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, a lavagem de dinheiro e evasão de recursos. Tal operação investiga fatos relacionados à construção das plataformas P-67 e P-70 efetuadas pelo Consórcio Integra- subsidiária com personalidade jurídica própria e na qual a OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial detém participação minoritária. Essas investigações e medidas judiciais envolveram a Companhia e seu acionista controlador e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal.

Chamamos atenção sobre o assunto descrito na nota explicativa nº 30, onde a Companhia esclarece que nem a atual Administração nem a Companhia têm envolvimento direto, referente a ação no objeto das investigações relacionadas à 34ª fase da Operação Lava Jato realizada em 22 de setembro de 2016 e que está colaborando com o Ministério Público Federal, com a Polícia Federal e demais órgãos responsáveis por investigações relacionadas à Integra. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimento de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação da nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de março de 2018, com ressalvas descritas na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas” com relação à Fornecedores, Mútuo com Partes Relacionadas e Imposto Diferido Passivo sobre Propriedade para Investimento, e às informações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os trimestres findos em 31 de março de 2017 , 30 de junho de 2017 e 30 de setembro de 2017 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de julho de 2017 , 30 de agosto de 2017 e 14 de dezembro de 2017, respectivamente, todos com abstenção de opinião pela incerteza da continuidade operacional da Companhia e ênfase relacionada a Operação Lava Jato. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018.

BKR - Lopes, Machado Auditores
CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of BKR International

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-60.611/O

Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador CRC-RJ-106.994/O-8

OSX Brasil S.A - Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro 2017
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**1.963**	39	**2.142**	1.906
Clientes	5	**-**	-	**2.995**	2.524
Adiantamentos diversos	12	**94**	54	**3.942**	3.804
Despesas antecipadas		**528**	283	**919**	677
Depósitos judiciais		**130**	116	**1.127**	512
Total do ativo circulante		**2.715**	492	**11.125**	9.423
Não circulante					
Partes relacionadas	18	**117.287**	92.673	**-**	-
Tributos a recuperar	6	**38.162**	37.823	**47.184**	48.296
Outras contas a receber		**-**	-	**393**	-
		155.449	130.496	**47.577**	48.296
Investimentos	8	**1.585**	1.583	**3.742**	3.872
Propriedade para investimento	10	**-**	-	**1.677.691**	1.677.691
Imobilizado	9	**87**	113	**1.587**	1.944
Intangível	11	**-**	806	**-**	906
Total de ativo não circulante		**157.121**	132.998	**1.730.597**	1.732.709
Total do ativo		**159.836**	133.490	**1.741.722**	1.742.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A - Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro 2017
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores extraconcursais	14	**50.377**	27.670	**201.816**	148.483
Obrigações fiscais	15	**13.977**	14.092	**140.420**	137.321
Obrigações sociais e trabalhistas	13	**644**	408	**829**	536
Partes relacionadas extraconcursais	18	**270.037**	260.013	**159.606**	157.942
Adiantamento de clientes		**-**	-	**12.537**	11.958
Outros		**-**	-	**5**	7
Total do circulante		**335.035**	302.183	**515.213**	456.247
Não circulante					
Fornecedores concursais	14	**23.367**	23.141	**986.228**	929.265
Empréstimos e financiamentos extraconcursais	16	**-**	-	**1.226.857**	1.138.273
Debêntures	17	**-**	-	**2.716.132**	2.590.852
Tributos diferidos	7	**-**	-	**29.097**	29.097
Partes relacionadas concursais	18	**10.010**	10.010	**21.545**	21.545
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo	8	**3.616.594**	3.284.429	**-**	-
Provisão para contingência	19	**92.142**	92.078	**126.400**	125.305
Outros débitos		**-**	-	**44.565**	36.273
		3.742.113	3.409.658	**5.150.824**	4.870.610
Patrimônio líquido					
Capital social	20	**3.886.187**	3.886.187	**3.886.187**	3.886.187
(-) Custo emissão de ações	20	**(81.057)**	(81.057)	**(81.057)**	(81.057)
Ajustes acumulados na conversão de moeda estrangeira		**1.706.128**	1.708.199	**1.706.128**	1.708.199
Prejuízos acumulados		**(9.428.570)**	(9.091.680)	**(9.428.570)**	(9.091.680)
Total patrimônio líquido		**(3.917.312)**	(3.578.351)	**(3.917.312)**	(3.578.371)
Participações de acionistas não controladores		**-**	-	**(7.003)**	(6.373)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(3.917.312)**	(3.578.351)	**(3.924.315)**	(3.584.725)
Total do passivo e patrimônio líquido		**159.836**	133.490	**1.741.722**	1.742.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

		Controladora		Consolidado	
		9 meses findos em		9 meses findos em	
	Nota	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita de venda de bens e/ou serviços	23	**-**	**-**	**7.358**	7.971
Resultado bruto		**-**	**-**	**7.358**	7.971
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais	24	**(423)**	(98)	**(59.603)**	(35.342)
Despesas com depreciação e amortização	24	**(832)**	(1.970)	**(1.263)**	(2.755)
Provisão para redução do valor recuperável		**-**	-	**-**	(2.145)
Outras despesas e receitas		**-**	43	**736**	46
		(1.255)	(2.025)	**(60.130)**	(40.196)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**(290.011)**	(288.692)	**(131)**	(482)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**(291.266)**	(290.718)	**(52.903)**	(32.707)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	**2.045**	1.956	**2.206**	2.241
Despesas financeiras	25	**(7.582)**	(6.859)	**(261.985)**	(283.874)
Variação cambial, líquida	25	**(40.087)**	(18.291)	**(24.785)**	(18.546)
		(45.624)	(23.194)	**(284.564)**	(300.180)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(336.890)**	(313.912)	**(337.467)**	(332.887)
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	**-**	-	**(53)**	(21)
Prejuízo líquido do período	26	**(336.890)**	(313.912)	**(337.520)**	(332.908)
Atribuído aos acionistas não controladores		**-**	-	**(630)**	(18.996)
Atribuído aos acionistas controladores		**(336.890)**	(313.912)	**(336.890)**	(313.912)
Prejuízo do período básico e diluído por ação (em R$)	21	**(108,30)**	(99,72)	**(108,30)**	(99,72)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

		Controladora		Consolidado	
		3 meses findos em		3 meses findos em	
	Nota	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita de venda de bens e/ou serviços	23	-	-	1.671	(2.931)
Resultado bruto		-	-	1.671	(2.931)
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais	24	1.079	2.555	(13.596)	(11.962)
Despesas com depreciação e amortização	24	(135)	(654)	(236)	(894)
Provisão para redução do valor recuperável		-	-	-	546
Outras despesas e receitas operacionais líquidas		-	35	736	(512)
		944	1.936	(13.096)	(12.822)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(58.296)	(87.452)	15	(53)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(57.352)	(85.516)	(11.410)	(9.944)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	399	462	442	555
Despesas financeiras	25	(2.579)	(2.476)	(83.339)	(86.903)
Variação cambial, líquida	25	(38.488)	433	(4.025)	4.059
		(40.668)	(1.581)	(86.922)	(82.289)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(98.020)	(87.096)	(98.332)	(92.234)
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	-	-	111	(3)
Prejuízo líquido do período	26	(98.020)	(87.096)	(98.221)	(92.237)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(201)	(5.140)
Atribuído aos acionistas controladores		(98.020)	(87.096)	(98.020)	(87.096)
Prejuízo do período básico e diluído por ação (em R$)	21	(32,42)	(27,67)	(32,42)	(27,67)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		9 meses findos em		9 meses findos em	
	Nota	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Prejuízo líquido do período		**(336.890)**	(313.912)	**(337.520)**	(332.908)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	**20**	**(2.071)**	18.273	**(2.071)**	18.273
Total do resultado abrangente		**(338.961)**	(295.639)	**(339.591)**	(314.635)
Total do resultado abrangente atribuído a					
Participação dos acionistas não controladores		**-**	**-**	**(630)**	(18.996)
Participação dos acionistas controladores		**(338.961)**	(295.639)	**(338.961)**	(295.639)

		Controladora		Consolidado	
		3 meses findos em		3 meses findos em	
	Nota	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Prejuízo líquido do período		**(98.020)**	(87.096)	**(98.221)**	(92.237)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	**20**	**(3.666)**	(451)	**(3.666)**	(451)
Total do resultado abrangente		**(101.686)**	(87.548)	**(101.887)**	(92.688)
Total do resultado abrangente atribuído a					
Participação dos acionistas não controladores		**-**	**-**	**(201)**	(5.140)
Participação dos acionistas controladores		**(101.686)**	(87.548)	**(101.686)**	(87.548)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

OSX BRASIL S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de setembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	(-) Custo na emissão de ações	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados (Reapresentado)	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido (passivo a descoberto) mais adiantamento para futuro aumento de capital
Saldos em 1º de janeiro de 2017		3.886.187	(81.057)	116.511	1.689.485	(8.457.059)	(2.845.933)	(184.487)	(3.030.420)
Ajustes acumulafdos de conversão		-	-	-	18.273	-	18.273	-	18.273
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(313.912)	(313.912)	(18.996)	(332.908)
Saldos em 30 de setembro de 2017		3.886.187	(81.057)	116.511	1.707.758	(8.770.971)	(3.141.572)	(203.487)	(3.345.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**3.886.187**	**(81.057)**	**116.511**	**1.708.199**	**(9.166.457)**	**(3.536.617)**	**(6.294)**	**(3.542.911)**
Ajustes		**-**	**-**	**(116.511)**	**-**	**74.777**	**(41.734)**	**(79)**	**(41.813)**
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Reapresentado)		**3.886.187**	**(81.057)**	**-**	**1.708.199**	**(9.091.680)**	**(3.578.351)**	**(6.373)**	**(3.584.724)**
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	**20**	-	-	-	**(2.071)**	-	**(2.071)**	-	**(2.071)**
Prejuízo do período		-	-	-	-	**(336.890)**	**(336.890)**	**(630)**	**(337.520)**
Saldos em 30 de setembro de 2018		**3.886.187**	**(81.057)**	**-**	**1.706.128**	**(9.428.570)**	**(3.917.312)**	**(7.003)**	**(3.924.315)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

OSX BRASIL S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Em 30 de setembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	**30/09/2017**	**30/09/2018**	**30/09/2017**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	**(336.890)**	(313.912)	**(337.520)**	(313.912)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	**832**	1.970	**1.263**	2.755
Resultado de equivalência patrimonial	**290.011**	288.692	**131**	482
Participação dos acionistas não controladores	**-**	-	**(630)**	(19.000)
Perda na baixa de ativo	**-**	-	**-**	2.146
Despesas de Juros sobre dívidas financeiras	**-**	-	**213.864**	282.763
	(46.047)	(23.251)	**(122.892)**	(44.766)
Variações nos ativos e passivos				
Redução do caixa restrito	**(14)**	(6)	**(615)**	(121)
Aumento de clientes	**-**	-	**(471)**	(2.759)
Aumento de estoques	**-**	-	**-**	46
Aumento(redução) em adiantamentos diversos	**(40)**	17	**(145)**	18.918
(Aumento) redução em outras contas a receber	**-**	-	**-**	2
Aumento(redução) em tributos a recuperar	**(339)**	(3.385)	**1.112**	3.594
Redução em despesas antecipadas	**(245)**	134	**(242)**	313
Aumento(redução) em obrigações sociais e trabalhistas	**236**	(26)	**293**	(126)
Aumento(redução) em fornecedores	**22.934**	665	**110.296**	(16.645)
Redução(aumento) em obrigações fiscais	**(115)**	3.085	**3.099**	22.443
Redução(aumento) em adiantamento de clientes	**-**	-	**579**	2.155
Aumento em outros passivos	**63**	163	**9.629**	725
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(23.567)**	(22.604)	**643**	(16.220)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	**-**	-	**-**	(6.281)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(23.567)**	(22.604)	**643**	(22.501)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Movimentação do investimento	**42.152**	(1)		
Créditos concedidos a pessoas ligadas	**(24.614)**	(4.444)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**17.538**	(4.445)	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Débitos com pessoas ligadas assumidos	**10.024**	8.746	**1.664**	5.073
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**10.024**	8.746	**1.664**	5.073
Efeito de conversão de moeda sobre o caixa e equivalentes de caixa	**(2.071)**	18.273	**(2.071)**	18.273
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**1.924**	(29)	**236**	845
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	**39**	82	**1.906**	890
No fim do período	**1.963**	53	**2.142**	1.735
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**1.924**	(29)	**236**	845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos valores adicionados
Em 30 de setembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	**30/09/2018**	30/09/2017
Receitas				
Receita de venda de bens e/ou serviços (bruta de impostos)	**-**	-	**7.735**	8.329
	-	-	**7.735**	8.329
Insumos adquiridos de terceiros				
Despesas relativas à perda/ganho na baixa de ativos	**-**	8	**-**	(2.133)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(132)**	(64)	**(23.531)**	(35.272)
	(132)	(56)	**(23.531)**	(37.405)
Valor adicionado bruto	**(132)**	(56)	**(15.796)**	(29.076)
Retenções				
Depreciação e amortização	**(832)**	(1.970)	**(1.263)**	(2.755)
	(832)	(1.970)	**(1.263)**	(2.755)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**(964)**	(2.025)	**(17.059)**	(31.831)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**(290.011)**	(288.692)	**(131)**	(482)
Receitas financeiras	**2.045**	1.957	**2.206**	5.478
Outras receitas - aluguel	**-**	-	**(30.433)**	10.781
	(287.966)	(286.735)	**(28.358)**	15.777
Valor adicionado total a distribuir	**(288.930)**	(288.761)	**(45.417)**	(16.054)
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	**216**	-	**2.245**	1.969
Benefícios	**-**	-	**487**	245
FGTS	**-**	-	**74**	161
	216	-	**2.806**	2.375
Tributos				
Federais	**199**	141	**2.024**	8.718
Estaduais	**-**	-	**505**	368
Municipais	**-**	-	**167**	-
	199	141	**2.696**	9.086
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	**47.499**	24.936	**286.338**	305.293
Aluguéis	**-**	-	**-**	15
Outras remunerações	**46**	74	**263**	84
	47.545	25.010	**286.601**	305.392
Remuneração de capitais próprios				
Participação dos acionistas não controladores	**-**	-	**(630)**	(18.996)
Prejuízo líquido do período	**(336.890)**	(313.912)	**(336.890)**	(313.912)
	(336.890)	(313.912)	**(337.520)**	(332.907)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional

OSX é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 3 de setembro de 2007 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objeto a participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, dedicadas ao setor de equipamentos e serviços para a indústria *offshore* de óleo e gás natural, com atuação integrada nos segmentos de construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e serviços de operação e manutenção (O&M). Desde março de 2010, a Companhia tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, sob o código OSXB3.

A partir do primeiro semestre de 2016 a OSX se dedicou a alcançar dois importantes objetivos. Primeiro, desconsolidar o balanço da holding OSX Leasing Group B.V., que engloba a maior parte das operações internacionais de forma a tornar mais efetiva a avaliação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. E, segundo, gerar valor, de forma a evidenciar o potencial comercial para a área da OSX Construção Naval S.A. – Em Recuperação Judicial ("OSX CN"). Cabe destacar que o desenvolvimento da Unidade de Construção Naval no Açu (UCN Açu), em conjunto com a PdA., em uma área de 3.200.000 metros quadrados, viabilizará a recuperação da Companhia, assegurando a continuidade de suas operações e a geração de caixa para fazer frente às suas obrigações concursais e correntes.

Processo de recuperação judicial

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na UCN Açu e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Em outubro daquele ano, a OGPar., principal cliente da Companhia, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, seu pedido de recuperação judicial, em conjunto com as controladas, Dommo, OGX International GmbH e OGX Austria GmbH.

No dia 08 de novembro de 2013, em vista da situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX CN e OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial ("OSX Serviços") (as "Recuperandas"), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos de Recuperação Judicial. A publicação da homologação dos referidos planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015.

1. **Contexto operacional -** continuação

Processo de recuperação judicial - continuação

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX CN. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX CN. Durante o último trimestre de 2015, a administração entendeu que o plano estava homologado desde a sua data de publicação, 08 de janeiro de 2015, passando a executar todas as premissas estabelecidas no plano, tendo como principal impacto a atualização monetária de todos os credores quirografários.

A Companhia já cumpriu com suas obrigações de pagamentos previstas com os seus credores quirografários, bem como os da sua subsidiaria OSX CN que tiveram interesse no pagamento de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e a totalidade de créditos dos Credores Quirografários da OSX Serviços, tudo em conformidade com as obrigações previstas nos respectivos Planos de Recuperação Judicial.

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial

Os Planos de Recuperação Judicial aprovados pelos credores em dezembro de 2014 têm como objetivo permitir que a OSX busque estabelecer a forma de liquidação das dívidas e a concessão de recursos novos, de forma a viabilizar a manutenção das atividades da Companhia e das suas subsidiárias OSX CN e OSX Serviços.

Abaixo segue uma breve descrição do Plano de Recuperação Judicial da OSX, sendo que as íntegras dos Planos de Recuperação Judicial aprovados estão disponíveis ao público nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.osx.com.br).

- <u>Captação de novos recursos</u>

Para recompor o capital de giro necessário para continuidade de suas atividades, pagamento dos custos de reestruturação, bem como desenvolvimento de seu plano de negócios, a OSX obteve novos financiamentos junto a seus credores concursais, por meio da emissão de quatro séries de debêntures (debêntures 1ª Série, das debêntures 3ª Série, das debêntures 5ª Série e as debêntures 6ª Série) (“novos recursos”).

Os recursos concedidos pelos credores financiadores, conforme Nota Explicativa 17 - Debêntures, que subscreverem as debêntures 1ª Série, as debêntures 3ª Série, as debêntures 5ª Série e as debêntures 6ª Série serão amortizados e pagos da seguinte forma, observados os termos e condições estabelecidos na escritura de emissão de debêntures:

► Data de vencimento: 10 anos, a contar da data de Emissão das debêntures, renováveis por 10 anos.

1. **Contexto operacional -** continuação

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial - Continuação

- ► Amortização programada do valor do principal: o valor nominal unitário das debêntures 1ª Série, das debêntures 3ª Série, das debêntures 5ª Série e das debêntures 6ª Série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento, não havendo qualquer tipo de subordinação entre os detentores dessas debêntures.

- ► Juros remuneratórios: as debêntures 1ª Série, as debêntures 3ª Série, as debêntures 5ª Série e as debêntures 6ª Série farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário de cada debênture, acrescido de um spread de 2% ao ano.

- ► Cálculo dos juros remuneratórios: a partir da data de emissão das debêntures ou da data de pagamento da remuneração anterior, conforme o caso.

- ► Pagamento dos juros remuneratórios: serão pagos integralmente na data de vencimento, observado que, caso ocorra a amortização extraordinária das debêntures 1ª Série, das debêntures 3ª Série, das debêntures 5ª Série e das debêntures 6ª Série, os juros remuneratórios incidentes no período serão pagos juntamente com a parcela do valor nominal unitário da respectiva Série a ser amortizada extraordinariamente.

- <u>Reestruturação de dívidas</u>

  A reestruturação das dívidas contraídas perante os credores concursais é indispensável para que a OSX possa alcançar o almejado soerguimento financeiro e operacional. Tal reestruturação passa pela concessão de prazos e condições especiais de pagamento para suas obrigações vencidas e vincendas.

  Os credores concursais que concederam novos recursos à recuperanda são chamados credores financiadores, e são classificados como credores financiadores os bancos e credores financiadores em geral. Observadas as condições de elegibilidade, indicadas no Plano de Recuperação Judicial, os créditos concursais e/ou créditos extraconcursais dos (i) credores financiadores bancos poderão ser utilizados para a integralização das (i.a) debêntures 2ª Série, caso o respectivo credor financiador banco tenha integralizado debêntures 1ª Série, ou (i.b) debêntures 6ª Série, caso o respectivo credor financiador banco tenha integralizado debêntures 5ª Série, e (ii) credores financiadores em geral poderão ser utilizados para a integralização das (ii.a) debêntures 4ª Série, caso o respectivo credor financiador em geral tenha integralizado debêntures 3ª Série, ou (ii.b) debêntures 6ª Série.

  As debêntures 2ª Série, as debêntures 4ª Série e as debêntures 6ª Série serão pagas nas seguintes condições:

1. Contexto operacional - continuação

- Data de vencimento: 20 anos a contar da data de emissão das debêntures, renováveis por mais 20 anos, conforme previsto na Escritura de emissão de debêntures.

- Amortização programada do valor do principal: o valor nominal unitário das debêntures 2ª Série, das debêntures 4ª Série, das debêntures 6ª Série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento, não havendo qualquer tipo de subordinação entre os detentores dessas debêntures.

- Cálculo dos juros remuneratórios: (a) as debêntures 2ª Série e as debêntures 4ª Série farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures 2ª Série ou debêntures 4ª Série; e (b) as debêntures 6ª Série farão jus (b.1) da Data do Pedido até o 36º mês contado da data de emissão das debêntures (inclusive), a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures 6ª Série acrescido de um spread de 1,80% e (b.2) do 36º mês contado da data de emissão das debêntures (exclusivo) até a data de vencimento das debêntures, a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures 6ª Série.

- Pagamento dos juros remuneratórios: serão pagos após o 6º ano juntamente com a parcela do valor nominal unitário da respectiva Série a ser amortizada extraordinariamente.

Os créditos dos credores quirografários não financiadores serão pagos da seguinte forma:

- Prazo: 25 anos a contar da data de homologação renováveis por 25 anos.

- Pagamento do principal: será realizado em uma única parcela no 1º Dia Útil após o 25º Aniversário ou no 1º dia útil após o 50º aniversário, conforme aplicável.

- Correção monetária: valor correspondente à variação do IPCA, incidentes a partir da Data de Homologação (conforme definição da data de homologação constante no plano de recuperação judicial das companhias) sobre o saldo do principal na data do pedido, nos termos da legislação monetária em vigor.

Os créditos quirografários por fiança, aval ou obrigação solidária foram reestruturados nos termos e condições estabelecidos para os créditos dos credores quirografários não financiadores.

1. **Contexto operacional**-Continuação

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - **Em Recuperação Judicial** - Continuação

- Reestruturação de dívidas - Continuação

  Todos os credores quirografários, com exceção dos credores quirografários por fiança, aval ou obrigação solidária, optaram pelo recebimento de uma quantia em dinheiro, correspondente a R$80 mil, limitada ao valor de seu crédito. O valor remanescente de seu crédito, se houver, terá o tratamento previsto acima, conforme opção do respectivo credor em relação à concessão de novos recursos.

  Os créditos partes relacionadas do Grupo OSX serão pagos em 10 parcelas mensais, sem incidência e capitalização de juros, sendo a primeira parcela devida, única e exclusivamente após o primeiro mês subsequente à quitação de todos os demais créditos concursais e créditos extraconcursais. As partes poderão oportunamente convencionar forma alternativa de extinção dos créditos partes relacionadas, inclusive mediante conversão de tais créditos partes relacionadas em capital social da devedora, desde que sem impacto de caixa e qualquer tipo de desembolso para o Grupo OSX na liquidação de créditos partes relacionadas e observando a estrutura mais adequada para o Grupo OSX, sob a perspectiva societária, tributária e comercial.

- Readequação do plano de negócios da UCN Açu

  A OSX está revendo o plano de negócios relativo ao desenvolvimento da UCN Açu como parte do redimensionamento de suas atividades operacionais e adequação à sua nova realidade, mantendo, contudo, suas atividades relacionadas à indústria naval. Nesse contexto, a OSX CN contratou a PdA para gerenciar de forma mais eficiente, a exploração comercial da área total de 3.200.000 metros quadrados onde está localizada a UCN Açu. Com a gestão desta área pela PdA, a OSX CN espera viabilizar o desenvolvimento da UCN Açu, assegurando a continuidade de suas operações e a geração de caixa para fazer frente às suas obrigações concursais e correntes.

1. Contexto operacional - Continuação

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial - Continuação

- Readequação do plano de negócios da UCN Açu - Continuação

  As receitas auferidas pela OSX CN, incluindo aquelas decorrentes da exploração da área acima mencionada e os recursos a que faz jus em razão da participação acionária detida na Integra ("recursos Integra"), deverão, obrigatoriamente, ser depositadas mensalmente em uma conta vinculada ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial ("conta centralizadora"). Os recursos depositados na conta centralizadora serão transferidos mensalmente para contas vinculadas, para fazer frente às obrigações ("contas vinculadas"), respeitadas a ordem a descrita no Plano de Recuperação Judicial.

- Alienação de outros bens do ativo não circulante

  A OSX poderá promover a alienação e oneração de bens que integram seu ativo não circulante, conforme autorizado expressamente pelo Juízo da Recuperação, observados os limites estabelecidos na lei de falências, no Plano de Recuperação Judicial e nos demais contratos em vigor celebrados pelo Grupo OSX com os credores não sujeitos à presente Recuperação Judicial.

- Reestruturação Societária

  A OSX vem promovendo a reestruturação societária do Grupo OSX, de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da Recuperação Judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do Plano, sempre no melhor interesse do Grupo OSX e visando ao sucesso da Recuperação Judicial.

  Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.

  No dia 22 de dezembro de 2014, as empresas OGpar e Dommo divulgaram fato relevante comunicando a obtenção de "decisão judicial em caráter liminar para reduzir o valor do daily rate do afretamento da FPSO OSX 3, concedida pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em face de OSX 3 Leasing B.V. ("OSX 3"), na qualidade de proprietário da embarcação, bem como de Nordic Trustee Asa, na qualidade de cessionária de direitos decorrentes do afretamento da embarcação".

  No dia 13 de março de 2015, a Dommo e a OSX acordaram a suspensão, pelo prazo de 6 meses: (i) dos pagamentos devidos pela Dommo à título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e (ii) de certas obrigações previstas nos contratos relacionados ao Afretamento.

1. Contexto operacional - Continuação

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial - Continuação

- Reestruturação Societária - Continuação

Histórico de falência da OSX Leasing Group B.V. – Continuação

O prazo da suspensão acordada em 13 de março de 2015 findou-se e a Companhia não atingiu acordo com os Bondholders da OSX 3 com o objetivo de encontrar uma forma de equacionar seus débitos com os primeiros e a solução mais favorável para o FPSO.

No dia 27 de março de 2015, a Nordic Trustee ASA apresentou, na Holanda, pedido de falência das sociedades OSX 3 Holding B.V., OSX 3 Holdco B.V. e OSX Leasing Group B.V., subsidiárias da Companhia.

No tocante à OSX Leasing Group B.V., a administração da Companhia apresentou, perante a justiça da Holanda, um pedido formal de suspensão de pagamentos. O pedido foi provisoriamente deferido pelo Tribunal. O objetivo dessa suspensão de pagamentos foi permitir que a OSX Leasing Group B.V. reestruturasse a sua dívida e/ou apresentasse um plano a seus credores - sob supervisão da justiça holandesa e de um adminsitrador específico apontado por esta. A suspensão de pagamentos envolveu somente as obrigações da OSX Leasing Group B.V.

Em 15 de julho de 2015, a Nordic Trustee ASA, na qualidade de agente fiduciário dos detentores de Bonds emitidos pela OSX 3 Leasing B.V. votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX Leasing Group B.V., resultando na falência da mesma.

Por conseguinte, a Companhia passou a não mais deter controle ou influência nesses negócios. A liquidação dos ativos e passivos está sendo supervisionado pela justiça holandesa e gerido tambem por um administrador específico.

O “Bare Boat Charter Agreement” celebrado em 06 de março de 2012 e aditado em 12 de setembro de 2014 entre OSX 3 Leasing B.V. e OSX 3 Holding B.V. (em conjunto, “Credor OSX3” e, em conjunto com NewCo , “Credores”) e a Dommo, cuja totalidade do saldo devedor contra a Dommo correspondeu a US$ 277.424.330,23 (duzentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta dólares norte-americanos e vinte e três centavos), dos quais US$ 250.816.374,13 (duzentos e cinquenta milhões, oitocentos e dezesseis mil, trezentos e setenta e quatro dólares norte-americanos e treze centavos)

1. Contexto operacional - Continuação

O Plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial - Continuação

- Reestruturação Societária - Continuação

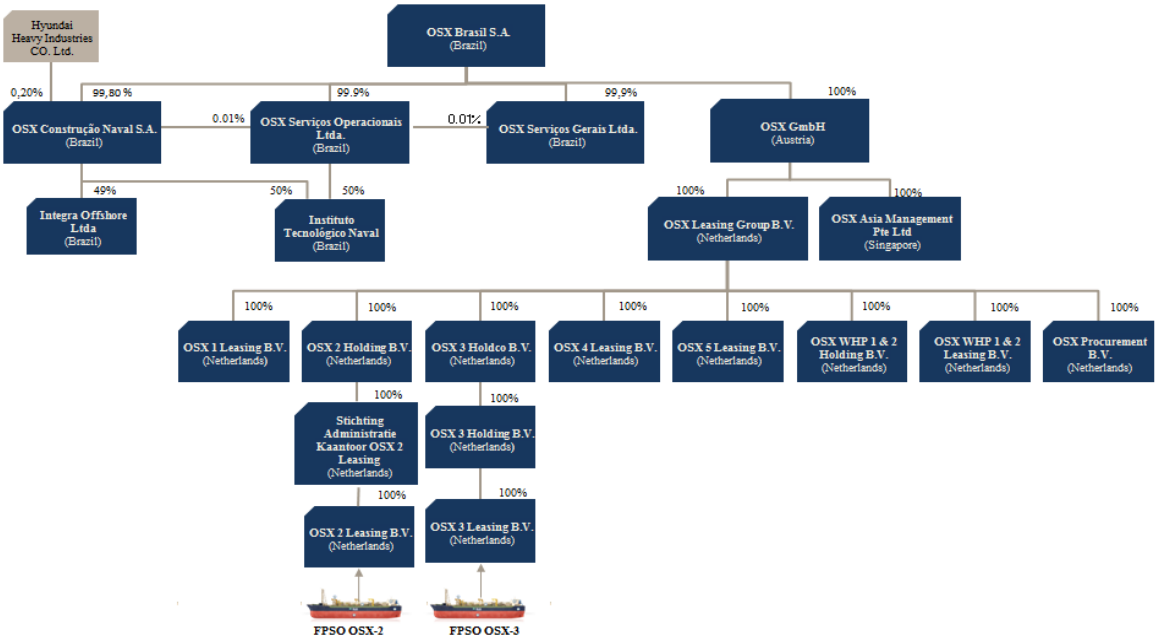
Histórico de falência da OSX Leasing Group B.V. – Continuação

Corresponderam em 30 de setembro de 2017 a R$ 794.586 (setecentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil reais) foram capitalizados na Dommo e a diferença foi paga pela Dommo ao Credor OSX 3 na forma prevista no Acordo com Credores. Nos termos do Acordo com Credores, após a efetivação do aumento de capital, mediante a capitalização dos créditos e entrega pela Dommo aos Credores das ações a que faziam jus e de eventual parcela em dinheiro decorrente do exercício do direito de preferência dos acionistas, os créditos restaram extintos, nada mais tendo tais Credores a reclamar, bem com da Companhia em razão da garantia emitida.

1. Contexto operacional - Continuação

- Estrutura Societária

  Em 30 de setembro de 2018 e 2017, a Companhia apresenta a seguinte estrutura societária :



Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 – Histórico de Falência OSX Leasing Group B.V., os investimentos nas empresas OffShore foram baixados no balanço patrimonial consolidado da OSX, porém, até o encerramento do trimestre findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia ainda não concluiu a sua restruturação societária.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e as normas do CPC

As Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, foram elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias - Continuação

b) Base de mensuração

As Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado/ patrimônio líquido e da propriedade para investimento.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Para as suas controladas no exterior a Companhia definiu que a moeda funcional é o dólar norte-americano, em decorrência das suas receitas e dos seus custos de operação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações financeiras da Companhia.

O uso desses fatores é inerente e condição imprescindível na preparação das Demonstrações financeiras.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, notadamente a venda de ativos da Companhia e outros fatores objetivos e subjetivos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias - Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos - Continuação

Os eventos e estimativas relevantes são:

- Nota nº 1 – Contexto Operacional
- Nota nº 9 – Imobilizado
- Nota nº 19 - Provisão para contingências

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras intermediárias ocorreu em reunião da diretoria realizada em 13 de novembro de 2018.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

e) Procedimentos de consolidação

Em 30 de setembro de 2018, a OSX possui as seguintes empresas controladas com participação direta e/ou indireta:

Empresas sediadas na Cidade e Estado do Rio de Janeiro

- OSX CN

Constituída em 28 de julho de 2009, tem como objeto social as atividades de construção, reparo, montagem, integração e venda de unidades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás natural, estruturas e equipamentos correlatos, para fornecimento ao mercado de petróleo e gás natural do Brasil, sendo a responsável pela UCN Açu. Atualmente este segmento de negócios está dedicado ao aluguel de áreas no Porto do Açu para clientes.

- OSX Serviços

Constituída em 25 de novembro de 2009, tem como objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de unidades marítimas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, tais como, mas não limitada a, Plataformas Fixas de Produção e/ou Perfuração, unidades Flutuantes de Perfuração ou de Produção, unidades tipo FPSO (*Floating, Production, Storage and Offloading*) e unidades do tipo FSO (*Floating, Storage and Offloading*), além da prestação de serviços de engenharia, incluindo consultoria em engenharia básica, engenharia de detalhamento, FEED (*Front End Engineering Detail*), e de serviços de consultoria no setor de equipamentos marítimos para atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias — Continuação

e) Procedimentos de consolidação - Continuação

- OSX Serviços Gerais Ltda. ("OSX Serviços Gerais")

  Constituída em 28 de janeiro de 2011, tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como a prestação de fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controladora ou outras sociedades sob controle comum.

Empresas sediadas no exterior

- OSX GmbH ("OSX GmbH")

  Constituída em 22 de outubro de 2009, através da aquisição do capital social da BVSARANTATRIABeteiligungsverwaltungGmbH, uma sociedade existente e constituída de acordo com as leis austríacas, sediada na Áustria, passando a se denominar OSX GmbH em 19 de novembro de 2009. A empresa tem como objeto social participar em outras sociedades. Esta aquisição não foi caracterizada como uma combinação de negócios, de acordo com as definições estabelecidas no CPC 15 e IFRS 3 (*Business Combinations*) por tratar-se de aquisição de uma empresa sem nenhum ativo ou passivo e sem fluxo de caixa projetado.

- OSX Asia Management Pte. Ltd.

  Constituída em 05 de abril de 2012, de acordo com as leis asiáticas, sediada em Cingapura, que tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura.

A seguir, os percentuais de participação que OSX possui em suas empresas controladas e fundos exclusivos, os quais, exceto a Integra cujo resultado é reconhecido por equivalência patrimonial, são todos consolidados.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias — Continuação

e) Procedimentos de consolidação - Continuação

	Percentual de participação	
	30/09/2018	**31/12/2017**
Controladas diretas		
OSX CN	**99,80%**	99,80%
OSX Serviços	**99,99%**	99,99%
OSX Serviços Gerais	**99,99%**	99,99%
OSX GmbH	**100,00%**	100,00%
Controladas indiretas		
OSX Asia Management Pte. Ltd.	**100,00%**	100,00%

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

ii) Eliminação dos saldos de despesas e receitas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas.

iii) As flutuações de moeda referentes a ativos monetários intercompanhias são reconhecidas como variação cambial na demonstração do resultado da entidade que reporta a informação.

iv) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (ou prejuízos) acumulados das empresas controladas.

v) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do período e do patrimônio líquido que não é detida pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidado e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

vi) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

2. Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias - Continuação

f) Reapresentação de anos anteriores

Durante a preparação das demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia identificou ajustes de exercícios/períodos anteriores relacionados a provisão da despesa com aluguel da área do Porto do Açu referente a cessão e transferência para a OSX, e ajustes com o IRPJ/CSLL diferidos calculados sobre o valor justo da propriedade para investimento apurado no exercício de 2017.

Com base nas análises quantitativas e qualitativas efetuadas pela administração da Companhia e com base no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro conclui-se que esses ajustes são materiais para o trimestre findo de 30 de setembro de 2018. A administração da Companhia decidiu pela reapresentação das cifras comparativas referentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Ademais, após o exercício, por alguns dos seus respectivos beneficiários, de opções vencidas nos dois primeiros anos do Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias da OSX Brasil S.A., o prazo para o exercício das demais opções de compra de ações outorgadas pela Companhia transcorreu sem que as respectivas opções de compra tenham sido exercidas pelos seus outorgados, de modo que verificou-se a decadência de tais direitos. Sendo assim, sem qualquer pretensão resistida, a Companhia reconheceu o vencimento destas opções e, consequentemente, realizou a baixa contábil das opções de compra de ações outorgadas pela Companhia, tendo sido autorizada [pelo Conselho de Administração da Companhia, ainda, a baixa das Notas Promissórias remanescentes emitidas pelos empregados no momento da integralização das ações objeto das opções que foram exercidas pelos respectivos beneficiários nos primeiros anos do aludido Programa.

3. Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias - Continuação

f) **Reapresentação de anos anteriores -** Continuação

Consequentemente, os referidos ajustes de exercícios anteriores acarretaram nos seguintes efeitos demonstrados nas peças contábeis abaixo:

		Controladora			**Consolidado**		
Ativo		Balanço Patrimonial em **31/12/17** - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em **31/12/17** - após os ajustes	Balanço Patrimonial em **31/12/17** - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em **31/12/17** - após os ajustes
	Não Circulante						
	Realizável a longo prazo						
	Outros contas a receber	1.653	(1.653)	-	1.653	(1.653)	-
		132.149	(1.653)	130.496	1.653	(1.653)	-
Passivo							
	Circulante						
	Fornecedores Extraconcursais	27.670	-	27.670	137.419	11.063	148.483
		27.670	-	27.670	137.419	11.063	148.483
	Não Circulante						
	Obrigações fiscais	-	-	-	-	29.097	29.097
	Provisão para investimento com patrimônio liquido negativo	3.244.348	40.081	3.284.429	-	-	-
		3.244.348	40.081	3.284.429	-	29.097	29.097
	Patrimônio líquido						
	Opção de ações outorgadas	116.511	(116.511)	-	116.511	(116.511)	-
	Prejuízos acumulados	(9.166.457)	74.777	(9.091.680)	(9.166.457)	74.777	(9.091.680)
	PL sem AFACs	(9.049.946)	(41.734)	(9.091.680)	(9.049.946)	(41.734)	(9.091.680)
	Participações de acionistas não controladores	-	-	-	(6.294)	(79)	(6.373)
	Total Patrimônio líquido	(9.049.946)	(41.734)	(9.091.680)	(9.056.240)	(41.813)	(9.098.053)

	Reserva de capital	**Lucros ou prejuízos acumulados**	**Patrimônio Líquido**	**Participação de acionistas não controladores**	**Patrimônio líquido - Consolidado**
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - Divulgados	116.511	(9.166.457)	(9.049.946)	(6.294)	(9.056.240)
Ajustes	(116.511)	74.777	(41.734)	(79)	(41.813)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - Ajustados	-	(9.091.680)	(9.091.680)	(6.373)	(9.098.053)

2. Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias - Continuação

g) **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para estas normas já emitidas e que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2019, a Companhia está avaliando os efeitos da adoção destes pronunciamentos e, portanto, a Companhia não adotou e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

a) Base de consolidação - Continuação

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia não reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. A Companhia e suas subsidiarias não possuem controladas em conjunto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras intermediárias consolidada e individual incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompanhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Investimentos

A Companhia detém o controle de todas as suas subsidiárias, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8. Desta forma, seus investimentos são avaliados por equivalência patrimonial.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

e) Imobilizado - Continuação

(i) Reconhecimento e mensuração

Registrado pelo custo histórico e de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução do valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado formam parte do custo deste ativo, conforme estabelece o CPC 20 e IAS 23 (*Borrowing Costs*). Os custos de empréstimos já estavam sendo capitalizados conforme Deliberação CVM 193/96 tendo em vista que são diretamente atribuíveis à construção do ativo.

(ii) Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação.

(iii) Redução ao valor recuperável - Impairment

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

f) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas e esta sendo mensurada pelo método do valor justo.

g) Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

g) Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis) **-** Continuação

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perdas de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no valor justo abaixo do seu custo.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Durante o terceiro trimestre de 2018, a Administração da Companhia não identificou evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável conforme divulgado nas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

e) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente na mesma época.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGCs, e então para redução do valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

h) Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. Clientes e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

h) Instrumentos financeiros - Continuação

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

i) Pagamentos baseados em ações

A Companhia registra as opções de compra de ações outorgadas pela Companhia e pelo Controlador, inclusive as opções de compras de ações de outras companhias coligadas outorgadas pelo controlador a executivos e conselheiros da Companhia, a valor justo, em conta específica no Patrimônio Líquido e demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas, e em conformidade com o CPC 10, ICPC 05, IFRS 2 e IFRIC 11 (*Share-based Payment*).

j) Receita operacional

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

(i) Prestação de serviços

A receita de serviços prestados será reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

j) Receita operacional-Continuação

(ii) Contratos de construção

As receitas oriundas da construção de embarcações são reconhecidas proporcionalmente à etapa de construção do contrato (*percentage of completion* - POC), de acordo com a política contábil da Companhia sobre contratos de construção, conforme descrito neste relatório.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de forma confiável, a receita e o custo são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão física ao final do período de reporte. A avaliação é baseada na proporção dos custos incorridos para trabalhos executados até a data, relativos ao custo total estimado do contrato, exceto onde isto não seria representativo do estágio de construção. Os aditivos de contrato, reclamações e pagamentos de incentivos são considerados desde que acordados com o cliente e consequentemente considerados como prováveis. Quando o resultado do contrato de construção não pode ser estimado com confiança, a receita é reconhecida na medida em que os custos são incorridos e desde que seja provável a sua realização. Os custos contratuais são reconhecidos como despesas do exercício no qual são incorridos. Quando for provável que o total de custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia não possui em 30 de setembro de 2018 contratos em aberto.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social contabilizados no resultado são formados pela despesa corrente destes tributos, e, também, pelo diferido líquido que é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

l) Imposto de renda e contribuição social - Continuação

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório.

Para as empresas no exterior, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, onde aplicável, com base nas respectivas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras intermediárias.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no exercício apresentado.

n) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são relatados à Administração incluem não apenas os itens diretamente atribuíveis ao segmento, como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

o) Demonstração de fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) (IAS 07) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo CPC.

3. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

p) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	**1.963**	39	**2.142**	1.906
	1.963	39	**2.142**	1.906

5. Clientes

O saldo da conta de clientes em 30 de setembro de 2018 é basicamente representado por montantes oriundos das operações de locação da área do cais do Porto do Açu.

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Contas a receber de locação	**1.808**	1.893
Outros	**1.187**	631
	2.995	2.524

6.Tributos a recuperar

Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de renda - antecipação	**13**	5.693	**25**	5.705
Contrib. social – antecipação	**8**	2.056	**15**	2.063
IRPJ exercícios anteriores (*)	**31.450**	25.816	**35.320**	31.223
IRPJ a compensar	**2.422**	2.422	**3.217**	3.217
Outros créditos	**494**	486	**2.989**	3.735
CSLL Base negativa	**3.775**	1.350	**5.618**	2.353
Tributos a recuperar	**38.162**	37.823	**47.184**	48.296

(*) Referem-se a IRRF sobre aplicações financeiras de exercícios anteriores que transformam-se em saldo negativo ao final do exercício.A Companhia ingressou com medida judicial junto a Receita Federal do Brasil durante o exercício de 2014, pleiteando a restituição.

7. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ/CSLL apurados conforme alíquotas nominais vigentes e os valores dos impostos registrados nos trimestres findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2018	**31/12/2017**
		(Reapresentado)
Prejuízo do período	**(337.467)**	(502.657)
Total do IRPJ/CSLL diferido e corrente após RTT	**(337.467)**	(502.657)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(114.739)**	(170.903)
Resultado de equivalência patrimonial	**98.648**	130.208
Exclusões permanentes, líquidas	**18.167**	67.111
Outros	**(2.023)**	(26.376)
Total do imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	**53**	40
Total do imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	**53**	40
Total do imposto de renda e contribuição social diferido no resultado (i)	**29.097**	29.097
Total do imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	**29.150**	29.137
Alíquota efetiva	**(9%)**	(6%)

(i) O valor do imposto diferido é proveniente do valor justo apurado sobre a propriedade de investimento no exercício de 2017, o qual não havia sido reconhecido no exercício em questão. Portanto, esse valor está sendo reapresentado no trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	**30/09/2017**	**30/09/2018**	**30/09/2017**
Prejuízo do período	**(336.890)**	(313.912)	**(337.467)**	(322.887)
Total do IRPJ/CSLL diferido e corrente após RTT	**(336.890)**	(313.912)	**(337.467)**	(322.887)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(114.543)**	(106.730)	**(114.739)**	(113.182)
Resultado de equivalência patrimonial	**98.604**	98.155	**98.648**	98.319
Exclusões permanentes, líquidas	**132**	6.211	**18.167**	7.686
Outros	**15.807**	2.364	**(2.023)**	7.198
Total do imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	**-**	-	**53**	21
Total do imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	**-**	-	**53**	21
Total do imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	**-**	-	**29.097**	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	**-**	-	**29.150**	21
Alíquota efetiva	**(0%)**	(0%)	**(9%)**	(0%)

Para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social, o regime de tributação adotado pela Companhia e suas Controladas é o lucro real anual.

A apuração de imposto de renda das empresas estrangeiras é efetuada com observância à legislação fiscal dos respectivos países.

8. Investimentos

a) Participações societárias diretas

	30/09/2018						
Controladas diretas	**Participação**	**Quantidade ações/ quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita Líquida**	**Lucro/Prejuízo do período**
OSX Construção Naval	**(i) 99,80%**	**45.611.593**	**1.727.125**	**5.286.733**	**(3.559.608)**	**(7.358)**	**(319.843)**
OSX Serviços Operacionais	**99,99%**	**36.180**	**103.722**	**156.464**	**(52.742)**	**-**	**(11.466)**
OSX Serviços Gerais	**99,99%**	**1.000**	**5.499**	**3.914**	**1.585**	**-**	**2**
OSX GmbH	**100,00%**	**-**	**445**	**11.696**	**(11.251)**	**-**	**569**

	31/12/2017						
Controladas diretas	**Participação**	**Quantidade ações/ quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita Líquida**	**Lucro/Prejuízo do período**
OSX Construção Naval	(i) 99,80%	45.611.593	1.723.676	4.923.280	(3.199.604)	(10.616)	(405.198)
OSX Serviços Operacionais	99,99%	36.180	99.675	140.951	(41.276)	(3)	22.757
OSX Serviços Gerais	99,99%	1.000	5.380	3.797	1.583	-	102
OSX GmbH	100,00%	-	91	9.856	(9.765)	-	(8.826)

(i) Conforme Nota Explicativa nº 20 letra f.

b) Participações societárias indiretas

	30/09/2018					
Controladas indiretas	**Participação**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio Líquido**	**Receita Líquida**	**Lucro/ (prejuízo) do período**
OSX Asia	**100,00%**	**2**	**6.011**	**(6.008)**	**-**	**(21)**
Integra Offshore Ltda.	**49,00%**	**185.986**	**193.887**	**(7.901)**	**-**	**(296)**

	31/12/2017					
Controladas indiretas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro/ (prejuízo) do exercício
OSX Asia	100,00%	1	4.947	(4.947)	-	(45)
Integra Offshore Ltda.	49,00%	185.986	187.100	7.901	-	(2.001)

c) Movimentações - Controladora

Controladas	**31/12/2017 investimento**	**31/12/2017 passivo a descoberto**	**Adições / Baixas**	**Equivalência patrimonial**	**30/09/2018 Passivo a descoberto**	**30/09/2018 Investimento**
OSX Construção Naval	-	(3.193.311)	(82.233)	(277.062)	(3.552.606)	-
OSX Serviços Operacionais	-	(41.272)	-	(11.465)	(52.737)	-
OSX Serviços Gerais	1.583	-	50	2	-	1.585
OSX GmbH	-	(9.765)	-	(1.486)	(11.251)	-
Total	1.583	(3.244.348)	**(82.183)**	**(290.011)**	**(3.616.594)**	**1.585**

8. Investimentos - Continuação

d) Participações em Entidades de Propósitos Específicos - EPEs

A Companhia mantém participação em uma EPE, que são consolidadas às Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 408, de 18 de agosto de 2005. A EPE OSX Asia Management Pte Ltd. é uma sociedade criada de acordo com as leis de Cingapura e suas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 3 (a) – Base de Consolidação.

A controlada OSX CN detém participação de 49% no capital votante e total da empresa Integra Offshore Ltda. ("Integra"). Conforme o CPC 19, por não possuir o controle da subsidiária, a participação está avaliada como equivalência patrimonial representando o montante de R$3.742 em 30 de setembro de 2018 (R$3.872 em 31 de dezembro de 2017).

e) Garantias concedidas em favor das controladas e coligadas

As garantias concedidas em favor de controladas e coligadas estão descritas na Nota Explicativa nº 18 - Partes relacionadas.

9. Imobilizado

	Consolidado	
	30/09/2018	**31/12/2017**
OSX Brasil (Controladora)	**87**	113
OSX Construção Naval	**1.380**	1.689
OSX Serviços Operacionais	**120**	142
	1.587	1.944

9. Imobilizado - Continuação

a) Composição dos saldos

	Controladora				
		30/09/2018			31/12/2017
	Taxa de depreciação a.a.%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	**10**	**324**	**(237)**	**87**	111
Equipamentos de informática	**20**	**966**	**(966)**	**-**	2
		1.290	**(1.203)**	**87**	113

	Consolidado				
		30/09/2018			31/12/2017
	Taxa de depreciação a.a.%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	**10**	**3.277**	**(2.037)**	**1.240**	1.489
Máquinas e equipamentos	**10**	**18**	**(9)**	**8**	10
Equipamentos de informática	**20**	**4.321**	**(4.321)**	**-**	27
Benfeitorias em propriedades de terceiros	**20**	**897**	**(638)**	**260**	326
Instalações gerais	**10**	**172**	**(93)**	**79**	92
		8.685	**(7.098)**	**1.587**	1.944

b) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificação	Variação cambial	*Impairment*	Saldo em 30/09/2018
Móveis e utensílios	3.277	-	-	-	-	-	**3.277**
Máquinas e equipamentos	17	-	-	-	-	-	**17**
Equipamentos de informática	4.320	2	-	-	-	-	**4.322**
Benfeitorias em propriedades de terceiros	897	-	-	-	-	-	**897**
Instalações gerais	172	-	-	-	-	-	**172**
	8.683	**2**	-	-	-	-	**8.685**

10. Propriedade para investimento

No trimestre findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia identificou os seguintes indicativos para nova valoração associada ao ativo abaixo:

- UCN Açu

  Conforme apresentado no dia 16 de maio de 2014 no Plano de Recuperação Judicial da OSX e de suas subsidiárias OSX CN e OSX Serviços, a Companhia reviu seu plano de negócios relacionado ao desenvolvimento

10. Propriedade para investimento - Continuação

da UCN Açu. O plano de negócios prevê a operação da unidade baseada, principalmente, na realização de parcerias com empresas da indústria de óleo e gás interessadas em estabelecer-se na área.

Durante o exercício de 2017, a Companhia revisitou o modelo utilizado para o cálculo do valor justo da área do Porto do Açu cedida à OSX CN e, após uma revisão das premissas adotadas, concluiu que existe a necessidade de valorizar os ativos no montante de R$ 85.580. A análise em questão foi pautada pelo método do fluxo de caixa descontado e leva em consideração, para a composição do fluxo de caixa estimado, o novo plano de negócios da empresa aprovado em sua Assembleia Geral de Credores no final de 2014.

O valor presente do fluxo de caixa foi calculado com base em uma projeção que considera uma ocupação do Porto do Açu baseada no atual desenvolvimento de prospecção de novos parceiros interessados em estabelecer-se na área, considerando um crescimento de aproximadamente 9% dentro do primeiro ano, que progressivamente atingirá capacidade total em 9,5 anos, descontado a uma taxa apropriada que leva em consideração informações históricas e atuais do mercado e o setor de atuação da Companhia.

Considerando o disposto no CPC nº 01 e o atual contexto de mercado no que tange à taxa de juros, risco Brasil e riscos sistêmicos econômicos e financeiros, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela revisão das premissas e índices utilizados no fluxo de caixa para cálculo do *valuation* no fechamento do exercício de 2017.

Foi constatada também, durante o exercício de 2017, a necessidade de reclassificação do ativo em questão, assim como prevê a norma contábil atual. A UCN Açu então deixa de ser contabilizada como Ativo imobilizado e passa a Propriedade para investimento.

	Valor justo em 31/12/2017	Valorização	Valor justo em 30/09/2018
Propriedade para investimento	1.677.691	-	**1.677.691**
	1.677.691	-	**1.677.691**

11. Intangível

O intangível é composto por gastos com o desenvolvimento de *software* e com custo do pessoal alocado no Projeto de Implantação do Sistema SAP, e está de acordo com o estabelecido no CPC 04 e IAS 38 (*Intangible Assets*). Em 30 de setembro de 2018, o intangível finalizou sua amortização ficando com saldo zerado na controladora (R$ 806 em 31 de dezembro de 2017) e no consolidado (R$ 906 em 31 de dezembro de 2017).

12. Adiantamentos diversos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	**31/12/2017**	**30/09/2018**	**31/12/2017**
Adiantamentos de fornecedores	**58**	54	**3.894**	3.804
Adiantamentos a empregados	**36**	-	**48**	
	94	54	**3.942**	3.804

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	**31/12/2017**	**30/09/2018**	**31/12/2017**
Salários e honorários	**118**	77	**146**	98
Encargos sobre folha de pagamento	**124**	222	**145**	252
Rescisões contratuais a pagar	**-**	-	**-**	-
Provisão de férias e 13º salário	**402**	109	**538**	186
	644	408	**829**	536

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	**31/12/2017**	**30/09/2018**	**31/12/2017**
				(Reapresentado)
Fornecedores concursais (i)	**23.367**	23.141	**986.228**	929.265
Fornecedores extraconcursais (ii)	**11.325**	10.718	**17.780**	17.171
Provisão de fornecedores extraconcursais (ii)	**39.052**	16.951	**184.036**	131.312
Circulante	**73.744**	50.811	**1.188.044**	1.077.748
Circulante	**50.377**	27.670	**201.816**	148.483
Não circulante	**23.367**	23.141	**986.228**	929.265

(i) Estão associados aos valores a pagar listados no quadro de credores do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de credores em 17 de dezembro de 2014. Dentre os principais fornecedores, destacamos: Acciona Infraestruturas S.A, AGF Engenharia e SPE Central de Utilidades Rio S.A. Em 30 de setembro de 2018, com base nas previsões do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia realizou a correção monetária pelo IPCA dos valores listados no Quadro Geral de Credores.

(ii) Referem-se a valores a pagar e provisões de fornecedores nacionais e estrangeiros extraconcursais e às provisões ambientais relacionadas ao processo de licenciamento da UCN Açu. As provisões foram realizadas com base nas medições dos contratos com os fornecedores e as estimativas de custos ambientais. Os fornecedores que se encontram em atraso vêm sendo registrados com os devidos acréscimos de multa e juros conforme seus respectivos contratos.

15. Obrigações fiscais

As obrigações fiscais têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IRRF	**16**	389	**178**	547
IRPJ	**1.203**	1.203	**24.347**	23.688
PIS/COFINS/CSLL Faturamento CP	**244**	343	**39.292**	38.518
PIS/COFINS/CSLL Faturamento LP	**-**	-	**-**	-
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	**481**	626	**5.428**	5.565
ISS Faturamento	**-**	-	**8.199**	8.199
ISS Terceiros	**20**	37	**1.838**	1.854
INSS CP	**11.037**	10.538	**49.319**	47.530
INSS LP	**-**	-	**-**	-
Impostos s/importação	**31**	12	**361**	287
IOF	**483**	484	**3.021**	3.498
CSLL	**434**	434	**6.625**	6.433
ICMS	**-**	-	**1.550**	967
Outros	**28**	26	**264**	237
Circulante	**13.977**	14.092	**140.420**	137.321

16. Empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia.

				Consolidado	
Instituições financeiras	Moeda	Tipo	Vencimento	30/09/2018	31/12/2017
BTG Pactual	**BRL**	**Extraconcursal**	**30/01/2020**	**121.415**	65.426
Caixa Econômica Federal/FMM	**BRL**	**Extraconcursal**	**14/06/2036**	**1.120.100**	1.088.250
Total de empréstimos e financiamentos				**1.241.515**	1.153.676
(-) Custo de transação a apropriar Caixa Econômica/FMM				**(14.658)**	(15.403)
				(14.658)	(15.403)
Total de empréstimos e financiamentos com custos de transação a apropriar				**1.226.857**	1.138.273
Não circulante extraconcursais				**1.226.857**	1.138.273

Em 27 de abril de 2012, a OSX CN recebeu R$ 400 milhões em uma linha de empréstimo-ponte junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”) destinada à implantação da UCN Açu.
O prazo de pagamento era de 18 meses, com vencimento previsto contratualmente em 19 de outubro de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou com recursos dos primeiros desembolsos do empréstimo de longo prazo com repasse do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), para o qual a UCN Açu recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011.

A CEF aprovou a extensão do vencimento para 19 de outubro de 2014 e o contrato de garantia desse empréstimo, firmado com o Banco Santander S.A. (“Santander”), também foi aditado pelo mesmo prazo.

Em 28 de dezembro de 2012, foi repassado pela CEF o montante de R$627,4 milhões, indexado ao dólar, à taxa de 3,45% ao ano, carência de 36 meses, 216 amortizações e vencimento em junho de 2033, referente ao primeiro desembolso do Contrato de Financiamento nº 0385.755-63 com repasse do FMM, firmado em 14 de junho de 2012

16. Empréstimos e financiamentos - Continuação

("Contrato de Financiamento"). O acionista controlador da OSX é avalista deste empréstimo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 - Partes relacionadas, item 18.3 (v). A CEF possui como garantias ações, ativos e o direito de exploração do terreno localizado no Porto do Açu.

No dia 17 de dezembro de 2014, a OSX CN teve o seu Plano de Recuperação Judicial ("Plano") aprovado em Assembleia Geral de Credores, sendo a aprovação homologada em 19 de dezembro de 2014. Com a aprovação do Plano, a dívida que a OSX CN possuía junto à CEFreferente ao empréstimo-ponte, garantida pelo Santander, passou a ser regida pelos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 30 de janeiro de 2015, foi celebrado entre a OSX CN e a CEF o Primeiro Aditivo ao Contrato de Financiamento, que previu a mudança do indexador da dívida de dólar para TJLP e novos prazos de carência - 24 meses a contar do dia 19 de dezembro de 2014 - e amortização - 240 meses a contar do final do período de carência.

Em 30 de janeiro de 2015, OSX CN e Banco BTG Pactual S.A., por meio de Contrato Para Prestação de Fiança, acordaram em emitir Carta de Fiança, com vencimento em 60 meses da emissão da Fiança, com objetivo de garantir o pagamento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Financiamento relativo ao repasse do Fundo da Marinha Mercante.

Em 18 de dezembro de 2015, a OSX CN emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo logística S.A foram convertidos em debêntures conforme previsto no Plano, vide nota explicativa nº 17.

Em 04 de abril de 2018, vista a necessidade de adequação de certas cláusulas do Contrato de Financiamento, foi celebrado Segundo Termo Aditivo que, dentre outras modificações, altera o percentual de juros aplicados sobre o valor do subcrédito vinculado ao conteúdo importado do financiamento – aproximadamente 11% do valor total dos créditos – para 4% ao ano, mantendo os juros sobre o subcrédito vinculado ao conteúdo nacional em 3,45% ao ano e o prazo de carência, que passa a ser de 48 meses a contar do dia 28 de dezembro de 2012, não alterando assim a data efetiva de final da carência.

17. Debêntures

Em 18 de dezembro de 2015 a OSX CN emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas conforme quadro abaixo. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo Logística S.A. foram convertidos em debêntures conforme previsto no plano de recuperação judicial. Em 30/09/2018 a Companhia apresenta os seguintes saldos:

	Consolidado			
	Data de emissão	Taxa de juros (a.a.)	30/09/2018	31/12/2017
Série				
1ª Série (i)	15/01/2016	CDI + 2,00%	**24.601**	23.127
2ª Série (ii)	08/01/2015	CDI	**1.558.262**	1.486.730
3ª Série (iii)	15/01/2016	CDI + 2,00%	**15.018**	14.118
4ª Série (iv)	08/01/2015	CDI	**1.074.245**	1.024.932
5ª Série (v)	15/01/2016	CDI + 2,00%	**2.972**	2.795
6ª Série (vi)	11/11/2013	CDI + 1,80% / CDI	**41.034**	39.150
Total não circulante			**2.716.132**	2.590.852

(i) Debentures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com novos recursos (DIP);
(ii) Debentures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com créditos concursais.
(iii) Debentures subscritas pela Prumo Logistica S.A. com novos recursos (DIP).
(iv) Debentures subscritas pela Prumo Logistica S.A. com créditos concursais / extraconcursais.

A OSX CN e a Prumo Logística S.A., celebraram através de um acordo assinado em 31 de outubro de 2011 os termos ajustados entre as partes quanto à instalação da UCN Açu. O mencionado acordo consolida entendimentos quanto à cessão onerosa, pela Prumo Logística S.A. à OSX CN, da área de implantação da UCN Açu, além de fixar parâmetros quanto à realização de benfeitorias e obras de "customização" no local, incluindo a implantação de um canal de acesso marítimo em área situada no entorno daquela onde será instalada a UCN Açu. Nesse contexto, cabia à OSX CN o pagamento de contraprestação fixa à Prumo Logística S.A., na época, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN Açu, no valor equivalente, em reais, a USD 5,00 (cinco dólares norte-americanos) por metro quadrado por ano, pelo prazo de 40 anos, renováveis por mais 40 anos. Além disso, a OSX CN participaria em (i) investimentos relativos à obra do Canal; (ii) despesas de infraestrutura do Complexo, calculadas de acordo com o seu aproveitamento; e (iii) rateio das despesas de manutenção da infraestrutura do Complexo.

Em dezembro de 2015, todo o crédito da Prumo Logistica S.A. foi convertido nas debêntures acima referidas. Dessa forma, todo o crédito, incluindo os créditos pré-concursais, vem sendo atualizado nos termos das debêntures a partir de 8 de janeiro de 2015. Entretanto, em razão da manifestação do Administrador Judicial da Companhia, o qual questionou o lastro contábil para formação da divida (4ª série das debentures) e suportado por decisão em Assembléia Geral Ordinaria que ressalvou o montante da divida, a Companhia solicitará uma pericia contábil, cujos resultados serão divulgados oportunamente.

17. Debêntures - Continuação

(v) Debentures subscritas pelo Santander com novos recursos (DIP).

(vi) Debentures subscritas pelo Santander com créditos concursais.

As Debentures 1ª Série, 3ª Série e 5ª Série foram emitidas com prazo de 10 anos renováveis pelo mesmo período. As Debentures 2ª Série, 4ª Série e 6ª Série foram emitidas com prazo de 20 anos renováveis pelo mesmo período.

18. Partes relacionadas

18.1 Controladora e Consolidado

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, conforme se descreve a seguir:

O controle da Companhia é exercido pela Centennial Asset Mining Fund LLC ("CAMF") e por Eike Fuhrken Batista, que, conjuntamente, detêm aproximadamente 49,42% das ações ordinárias. A CAMF é controlada por Eike Fuhrken Batista. A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

a) Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas, com as quais mantém alguma transação: EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda. (em conjunto "EBX"), OGpar, Dommo, AVX Táxi Aéreo Ltda. ("AVX"), Eneva Participações ("Eneva"), OSX CN, OSX Serviços, SIX Automação S.A. ("SIX").

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Resultado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017
Centennial	**-**	-	**(51.665)**	(51.665)	**-**	-
Eike Batista	**-**	-	**(19.725)**	(19.725)	**-**	-
Six Soluções	**-**	-	**(15.945)**	(15.945)	**-**	-
OSX Construção Naval (ii)	**83.567**	72.454	**(23.432)**	(17.436)	**-**	-
OSX Serviços (ii)	**31.094**	18.978	**(93.161)**	(89.252)	**-**	-
OSX Serviços Gerais	**-**	-	**(5.409)**	(5.290)	**-**	-
AVX (iv)	**-**	-	**(302)**	(303)	**-**	-
OSX Leasing Group	**-**	-	**(58.818)**	(58.818)	**-**	(1.454)
Instituto EBX	**-**	-	**(438)**	(438)	**-**	-
EBX (i)	**-**	-	**(11.133)**	(11.133)	**-**	-
OSX GMBH	**1.456**	1.241	**-**	-	**-**	-
OSX Procurement	**-**	-	**(19)**	(18)	**-**	(251)
OGpar (v)	**-**	-	**-**	-	**-**	-
	117.287	92.673	**(280.047)**	(270.023)	**-**	(1.705)

18. Partes relacionadas – Continuação

a) Empresas ligadas - Continuação

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar/ adiantamento de clientes		Resultado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017
Centennial	**-**	-	**(51.665)**	(51.665)	-	-
Eike Batista	**-**	-	**(19.725)**	(19.725)	-	-
EBX (i)	**-**	-	**(16.930)**	(16.930)	-	-
AVX (iv)	**-**	-	**(302)**	(303)	-	-
OSX Procurement	**-**	-	**(3.848)**	(3.187)	-	-
Instituto EBX	**-**	-	**(438)**	(438)	-	-
SIX Soluções (vi)	**-**	-	**(18.208)**	(18.056)	-	-
OSX Leasing Group	**-**	-	**(64.595)**	(63.591)	-	-
OSX1 Leasing B.V.	**-**	-	**-**	(152)	-	-
Integra	**-**	-	**(4.014)**	(4.014)	-	-
Prumo Logística (vii)	**-**	-	**(1.426)**	(1.426)	-	-
	-	-	**(181.151)**	(179.487)	-	-

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras diretas e indiretas e com empresas ligadas para os respectivos tipos de operações conforme descrito abaixo:

(i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos e serviços administrativos firmados entre a OSX e suas controladas, a EBX Investimentos Ltda. e a EBX Holding Ltda., por meio do qual estas empresas executavam serviços de administração de caixa e administração financeira, serviços legais, seguros e auditorias internas, governança corporativa, comunicação, compras e recursos humanos, entre outros. Mensalmente a EBX realizava a medição e calculava o valor das atividades sujeitas aos custos compartilhados efetivamente utilizados pela Companhia, com base em timesheet efetuando cobrança por meio de notas de negociação. Esse contrato foi extinto no ínicio de 2015.

(ii) Refere-se a contas a receber que a OSX tem com a OSX Serviços, referente aos rateios de custos, conforme contrato de acordo de custos administrativos compartilhados.

(iii) Refere-se a serviços prestados pela AVX relativos à utilização de táxi aéreo.

(iv) Refere-se a um saldo de contas a pagar que OSX detinha com a Eneva, relativo aos serviços prestados pela DEIP - Diretoria de Engenharia de Implantação de Projetos.

(v) Refere-se aos montantes de contas a receber, adiantamento de clientes, receitas e despesas com a cliente OGpar, provenientes dos contratos de Afretamento e de Serviços de O&M, que a Companhia detém com a mesma.

(vi) Refere-se ao saldo de contas a pagar que OSX CN possui com a SIX, relativo aos serviços prestados de integração, implementação e suporte de software.

18. Partes relacionadas – Continuação

a) Empresas ligadas - Continuação

(vii) Refere-se ao pagamento que a OSX CN efetuou como contraprestação fixa à Prumo Logística S.A., relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN Açu e ao acordo de compartilhamento de custos administrativos firmado entre as companhias. Em 2015 o saldo referente a Prumo Logística S.A. foi convertido em debêntures, conforme nota explicativa 17.

18.2 Demais operações com partes relacionadas

Em março de 2010, os acionistas controladores da Companhia celebraram, com a OSX, o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Opção"), pelo qual concederam à OSX, em caráter irrevogável e irretratável, uma opção para que, a partir de 24 de março de 2010 e até 23 de março de 2013, a OSX pudesse exigir que tais acionistas controladores subscrevessem novas ações até o limite máximo de USD 1,0 bilhão, ao preço por ação equivalente ao praticado na oferta pública inicial de ações da OSX, corrigido conforme a variação do IGP-M, por meio de aumento de capital privado a ser realizado em conformidade com os artigos 170 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. A opção poderia ser exercida na hipótese de se verificar a necessidade de capital adicional pela OSX para a realização de seu plano de negócios e a ausência de alternativas para tal captação junto aos mercados.

Em outubro de 2012, o Conselho de Administração autorizou o aditamento ao Contrato de Opção, de modo a prorrogar por mais um ano (até 23 de março de 2014) o direito outorgado à Companhia de exercer o saldo do valor da Opção, que, na época, somava USD 500 milhões adicionais. A opção foi parcialmente exercida, em outubro de 2012, e nos meses de janeiro e maio de 2013, conforme descrita na Nota Explicativa nº 22.

18.Partes relacionadas - Continuação

18.2 Demais operações com partes relacionadas - Continuação

18.2.1. Mútuos Controladora

Mútuo – Ativo

Mutuante	Mutuária	Valor	Moeda	Valor (em R$)	Taxa de juros
OSX Brasil	OSX Serviços Gerais	1	BRL	**1**	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Construção Naval	170	BRL	**170**	101% do CDI
OSX Brasil	OSX GMBH	363	USD	**1.455**	101% do CDI
Total				**1.626**	

Mútuo – Passivo

Mutuária	Mutuante	Valor	Moeda	Valor (em R$)	Taxa de juros
OSX Brasil	OSX Leasing BV	18.047	USD	**58.818**	Libor + 2,90% a.a
OSX Brasil	OSX Serviços Operacionais	93.161	BRL	**93.161**	101% do CDI
OSX Brasil	Centennial	51.665	BRL	**51.665**	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Serviços Gerais	5.409	BRL	**5.409**	101% do CDI
OSX Brasil	SIX Soluções	15.794	BRL	**15.794**	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Procurement	19	BRL	**19**	101% do CDI
OSX Brasil	Eike Batista	19.725	BRL	**19.725**	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Construção Naval	23.492	BRL	**23.492**	101% do CDI
Total				**268.083**	

18.3 Garantias

i. Garantia Bancária, prestada pela OSX CN, emitida pelo Banco BTG Pactual à Caixa Econômica Federal no montante de R$ 159 milhões, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante. A OSX está vinculada como devedora solidária da OSX CN.

ii. Carta de Fiança, prestada pela OSX CN, emitida pelo Sr. Eike Fuhrken Batista à Caixa Econômica Federal, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante no montante da totalidade da dívida.

18.4 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

18.Partes relacionadas - Continuação

18.5 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria - Continuação

Desta forma, os montantes referentes à remuneração anual da Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Remuneração Diretoria (*)	**1.176**	1.144
Honorários do Conselho de Administração	**326**	610
	1.502	1.754

(*) Considera o total de remunerações, benefícios e INSS pago pela empresa

19. Provisão para contingências

a) Contingências prováveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações, cujas perdas são avaliadas como provável, como segue:

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Ambientais (i)	**28.240**	28.240
Trabalhistas	**3.306**	3.444
Fiscais	**94.854**	93.621
	126.400	125.305

(i) As causas ambierntais estão relacionadas ao processo de licenciamento da UCN Açu.

19. Provisão para contingências - Continuação

b) Contingências possíveis – Incluir os valores de cíveis e trabalhista, fiscais já incluso

A Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal das operações, cujas perdas são avaliadas como possíveis, como segue:

	Consolidado	
	30/09/2018	**31/12/2017**
Tributárias/Cíveis	**427.720**	123.358
Trabalhistas	**2.163**	29.587
	429.883	152.945

As causas cíveis estão representadas substancialmente por ações indenizatórias, relacionadas, em maior parte, a impugnações de credito no processo de recuperação judicial.

20. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 09 de maio de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o grupamento das 312.563.568 (trezentos e doze milhões, quinhentos e sessenta e três mil e quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias da Companhia, à razão de 100:1 (cem ações para uma ação), de forma que cada lote de 100 (cem) ações ordinárias seja grupada em uma única ação ordinária, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 3.125.635 (três milhões, cento e vinte e cinco mil, seiscentas e trinta e cinco) ações, todas ordinárias e sem alteração dos direitos a elas inerentes e sem alteração do atual capital social da Companhia. Na mesma data, o Conselho da Administração, aprovou o aumento do capital da Companhia, decorrentes da capitalização de créditos de AFAC no valor de R$110.595 mil (cento e dez milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos) com a emissão de 22.403 (vinte e duas mil, quatrocentas e três) novas ações ordinárias da Companhia (já refletido o grupamento), a serem todas subscritas pelo acionista controlador, sem efeito caixa para fins das demonstrações do fluxo de caixa.

Desde a alienação de 529.791 (quinhentas e vinte e nove mil, setecentas e noventa e uma) ações ordinárias de emissão da OSX, representativas de 16,82% do capital social da Companhia detidas pela Centennial Asset Mining Fund LLC, veículo de Investimento do Sr. Eike Batista na Companhia, para a 9 West Finance S.à.r.l., uma das afiliadas da Mubadala Development Company (“Mubadala”), o Sr. Eike Batista passou a deter (direta e indiretamente) 49,42% do total das ações ordinárias de emissão da Companhia (“Transferência de Participação Acionária Relevante”).

20. Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Controladora

a) Capital social **-** Continuação

Dessa forma, em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia estava dividido em 3.148.038 (três milhões, cento e quarenta e oito mil e trinta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o total do capital social da Companhia é de R$ 3.886.187.

A composição acionária está assim representada:

Composição acionária	**30/09/2018**			
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Total**	**%**
Centennial Asset Mining Fund LLC.	**1.163.260**	**36,95**	**1.163.260**	**36,95**
9 West Finance S.a.r.l.	**529.791**	**16,84**	**529.791**	**16,84**
Eike Fuhrken Batista	**392.612**	**12,47**	**392.612**	**12,47**
Free Float	**1.062.375**	**33,74**	**1.062.375**	**33,74**
Total	**3.148.038**	**100,00**	**3.148.038**	**100,00**

Composição acionária	**31/12/2017**			
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Total**	**%**
Centennial Asset Mining Fund LLC.	1.163.260	36,95	1.163.260	36,95
9 West Finance S.a.r.l.	529.791	16,84	529.791	16,84
Eike Fuhrken Batista	392.612	12,47	392.612	12,47
Free Float	1.062.375	33,74	1.062.375	33,74
Total	3.148.038	100,00	3.148.038	100,00

b) Custo na emissão de ações

A Companhia não detém ações preferenciais nem ações em tesouraria.

c) Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações estão registrados em conta retificadora do Patrimônio Líquido, em conformidade com o CPC 08 e IAS 39 (*Financial* Instruments: Recognition and Measurement). Estes custos se referem à comissão e a serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

20. Patrimônio líquido (Controladora) - Continuação

d) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido de cada período, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

e) Ajustes de conversão de moeda estrangeira

Representados pelo registro contábil da variação cambial da controlada OSX GmbH, em atendimento ao CPC 02 e IAS 21 (*The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*).

21. Prejuízo por ação

Os resultados por ação, básico e diluído, foram calculados com base no resultado do período, atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, em 30 de setembro de 2018, e na respectiva quantidade média de ações em circulação neste período, comparativamente ao exercício de 31 de dezembro 2017, conforme o quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Numerador						
Resultado atribuível aos acionistas	**(336.890)**	**-**	**(336.890)**	(501.902)	-	(501.902)
Denominador						
Média ponderada de ações	**3.148.038**	**-**	**3.148.038**	3.148.038	-	3.148.038
Resultado por ação (em R$) - básico	**(107,02)**	**-**	**(107,02)**	(159,43)	-	(159,43)

22. Opção de compra de ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017 (reapresentado)
Opção de ações outorgadas - patrimônio líquido		
Outorgadas pela Companhia	-	-
Outorgadas pelo Controlador	-	-
Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras empresas do Grupo	-	-
	-	-

Após o exercício, por alguns dos seus respectivos beneficiários, de opções vencidas nos dois primeiros anos do Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias da OSX Brasil S.A., o prazo para o exercício das demais opções de compra de ações outorgadas pela Companhia transcorreu sem que as respectivas opções de compra tenham sido exercidas pelos seus outorgados, de modo que verificou-se a decadência de tais direitos. Sendo assim, sem qualquer pretensão resistida, a Companhia reconheceu o vencimento destas opções e, consequentemente, realizou a baixa contábil em 30 de setembro de 2018 das opções de compra de ações outorgadas pela Companhia, tendo sido autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia, ainda, a baixa das Notas Promissórias remanescentes emitidas pelos empregados no momento da integralização das ações objeto das opções que foram exercidas pelos respectivos beneficiários nos primeiros anos do aludido Programa.

23. Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do período é realizada da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Receita bruta fiscal	**7.735**	5.279
(-) Impostos sobre serviços prestados	**(377)**	(239)
	7.358	5.040

24. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	**30/09/2017**	**30/09/2018**	**30/09/2017**
Depreciação e amortização	**832**	1.970	**1.263**	2.755
Despesas com pessoal	**262**	-	**3.275**	2.662
Serviços contratados	**8**	3	**22.190**	30.577
Despesas de viagem	**-**	-	**62**	16
Despesas de aluguéis	**-**	-	**30.433**	-
Despesas com seguro	**-**	-	**374**	620
Constituição de provisão	**-**	38	**-**	(8.764)
Reversão de provisão	**63**	-	**1.213**	-
Outras despesas	**90**	58	**2.056**	10.231
	1.255	2.069	**60.866**	38.097

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	**30/09/2017**	**30/09/2018**	**30/09/2017**
Despesas financeiras				
Juros passivos	**(7.408)**	(6.644)	**(252.522)**	(282.763)
IOF	**(128)**	(141)	**(173)**	(281)
Amortização custo de transação empréstimo	**-**	-	**(745)**	(745)
Outras despesas financeiras	**-**	(17)	**(209)**	(14)
Outros	**(46)**	(58)	**(4.929)**	(70)
Despesas com fiança	**-**	-	**(3.407)**	-
	(7.582)	(6.859)	**(261.985)**	(283.874)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	**7**	1	**9**	11
Juros ativos	**63**	92	**-**	-
Rendimento IR e CS	**-**	-	**-**	-
Outros	**1.975**	1.863	**2.197**	2.229
	2.045	1.956	**2.206**	2.240
Variação cambial líquida	**(40.087)**	(18.291)	**(24.785)**	(18.546)
Resultado financeiro, líquido	**(45.624)**	(23.194)	**(284.564)**	(300.180)

26. Informações por segmentos

Para fins de gestão do negócio, a Companhia é dividida em unidades de negócios, que foram segregados em função de suas operações: Construção Naval, Afretamento de Unidades de Exploração e Produção (E&P) e Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (O&M).

Construção naval

O foco original da OSX CN era a construção, montagem e integração de Unidades de E&P, tais como plataformas de produção fixas e flutuantes e sondas de perfuração, com ênfase em eficiência operacional e tecnologia de ponta. Atualmente dedica-se a aluguel da área do Porto do Açu para clientes.

Afretamento

Esta unidade de negócios foi concebida para o afretamento de Unidades de E&P, as quais seriam fretadas a empresas do setor de petróleo e gás natural, por meio de contratos de afretamento de longo prazo.

Prestação de serviços de O&M

Além de construir e fretar as unidades, a Companhia pretendia operá-las de maneira a oferecer uma solução completa aos seus clientes.

Não houve agrupamento de segmentos na formação dos segmentos mencionados acima.

A Administração monitora os resultados das unidades de negócios separadamente, com a finalidade de tomar decisões individualizadas sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

26. Informações por segmentos - Continuação

i) Demonstração de resultado por segmentos

Demonstração do resultado por segmento (período de nove meses findo em 30/09/2018)	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços						
Com terceiros	**7.358**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.358**
Inter-segmento	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	7.358	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.358**
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado bruto	**7.358**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.358**
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	**(47.248)**	**391**	**(12.326)**	**(1.251)**	**(431)**	**(60.866)**
Outras despesas operacionais	**(273)**	**-**	**589**	**(3)**	**423**	**736**
	(47.521)	**391**	**(11.737)**	**(1.255)**	**(8)**	**(60.131)**
Resultado de equivalência patrimonial	**(131)**	**-**	**736**	**(290.011)**	**289.275**	**(131)**
	(131)	**-**	**736**	**(290.011)**	**289.275**	**(131)**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**(40.293)**	**391**	**(11.001)**	**(291.266)**	**289.267**	**(52.904)**
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	**83**	**1**	**3.400**	**2.045**	**(3.323)**	**2.206**
Despesas financeiras	**(254.539)**	**(113)**	**(3.075)**	**(7.582)**	**3.324**	**(261.984)**
Variação cambial, líquida	**(25.095)**	**306**	**-**	**(40.087)**	**40.091**	**(24.785)**
	(279.550)	**194**	**326**	**(45.624)**	**40.092**	**(284.563)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(319.843)**	**585**	**(10.675)**	**(336.890)**	**329.359**	**(337.467)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	**-**	**(53)**	**-**	**-**	**(53)**
Prejuízo do período	**(319.843)**	**585**	**(10.729)**	**(336.890)**	**329.359**	**(337.520)**
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	**(410)**	**(0)**	**(22)**	**(832)**	**-**	**(1.263)**

26. Informações por segmentos - Continuação

Prestação de serviços de O&M - Continuação

i) Demonstração de resultado por segmentos – Continuação

Demonstração do resultado por segmento (período de nove meses findo em 30/09/2017)	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços						
Com terceiros	7.971	-	-	-	-	7.971
Inter-segmento	-	-	-	-	-	-
	7.971	-	-	-	-	7.971
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Resultado bruto	7.971	-	-	-	-	7.971
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	(23.948)	(29)	(12.051)	(2.068)	-	(38.097)
Despesas com opção de ações outorgadas	-	-	-	-	-	-
Gastos com implantação	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2.131)	(8.207)	(10)	42	8.207	(2.098)
	(26.081)	(8.236)	(12.061)	(2.026)	8.207	(40.230)
Resultado de equivalência patrimonial	(482)	-	-	(288.692)	288.692	(482)
	(482)	-	-	(288.692)	288.692	(482)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(18.592)	(8.236)	(12.061)	(290.717)	296.864	(32.742)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	158	3	5.082	1.956	(4.958)	2.241
Despesas financeiras	(265.894)	(103)	(15.977)	(6.859)	4.958	(283.874)
Variação cambial, líquida	(431)	(41)	3	(18.291)	215	(18.546)
	(266.167)	(141)	(10.892)	(23.194)	215	(300.147)
Resultado de ativo destinado para venda	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(284.759)	(8.377)	(22.953)	(313.912)	297.113	(332.888)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(21)	-	-	(21)
Lucro (prejuízo) do período	(284.759)	(8.377)	(22.974)	(313.912)	297.113	(332.909)
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	(743)	-	(42)	(1.970)	-	(2.755)

26. Informações por segmentos - Continuação

Prestação de serviços de O&M - Continuação

i) Ativos e passivos por segmento

Ativos e passivos por segmento em 30/09/2018	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	**44.312**	**389**	**109.102**	**2.714**	**(145.391)**	**11.125**
Ativo realizável a longo prazo	**-**	**-**	**-**	**155.449**	**(107.873)**	**47.576**
Investimentos	**3.742**	**-**	**-**	**1.585**	**(1.585)**	**3.742**
Imobilizado	**1.380**	**-**	**120**	**87**	**-**	**1.587**
Propriedade para investimento	**1.677.691**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.677.691**
Total do ativo	**1.727.125**	**389**	**109.222**	**159.835**	**(254.849)**	**1.741.722**
Passivo						
Passivo circulante	**263.748**	**11.640**	**158.063**	**335.036**	**(253.273)**	**515.214**
Passivo não circulante	**5.022.985**	**-**	**2.316**	**3.742.111**	**(3.616.588)**	**5.150.824**
Patrimônio líquido + AFAC	**(3.559.608)**	**(11.251)**	**(51.157)**	**(3.917.312)**	**3.615.012**	**(3.924.316)**
Total passivo e patrimônio líquido	**1.727.125**	**389**	**109.222**	**159.835**	**(254.849)**	**1.741.722**

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2017	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	40.323	68	104.913	39.557	(167.054)	9.423
Ativo realizável a longo prazo	-	3	-	93.085	(51.523)	49.949
Investimentos	3.872	-	-	1.583	(1.583)	3.872
Imobilizado	1.689	-	142	113	-	1.944
Propriedade para investimento	1.677.691	-	-	-	-	1.677.691
Intangível	101	-	-	806	-	906
Total do ativo	1.723.676	72	105.055	135.143	(220.161)	1.743.785
Passivo						
Passivo circulante	209.323	9.837	142.686	302.183	(218.576)	445.183
Passivo não circulante	4.714.225	-	2.062	3.369.577	(3.244.353)	4.841.513
Patrimônio líquido + AFAC	(3.199.604)	(9.765)	(39.693)	(3.536.617)	3.242.769	(3.542.911)
Total passivo e patrimônio líquido	1.723.676	72	105.055	135.143	(220.161)	1.743.785

26. Informações por segmentos - Continuação

iii) Informações geográficas

	30/09/2018	31/12/2017
Ativos fixos por região		
Brasil	**1.587**	1.944
Total	**1.587**	1.944

	30/09/2018	30/09/2017
Receita por região		
Brasil	**7.358**	7.971
Total	**7.358**	7.971

27. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus comparada às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista nas políticas de gerenciamento de risco em vigor.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

27. Instrumentos financeiros - Continuação

Os saldos contábeis consolidados e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor Justo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	**2.142**	**2.142**	1.906	1.906
Clientes	**2.995**	**2.995**	2.524	2.524
Depósito vinculado	**1.127**	**1.127**	512	512
Passivos				
Fornecedores	**1.188.044**	**1.188.044**	1.066.684	1.066.684
Partes relacionadas	**181.151**	**181.151**	179.487	179.487
Debêntures	**2.716.132**	**2.716.132**	2.590.852	2.590.852
Empréstimos e financiamentos	**1.226.857**	**1.226.857**	1.138.273	1.138.273

27.1 Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. As contas cujo valor justo difere do valor contábil estão especificadas a seguir. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

27. Instrumentos financeiros - Continuação

27.2 Gerenciamento de risco

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros.

27.2.1 Risco de mercado

Risco de variação nas taxas de câmbio e de juros.

27.2.1.1 *Risco cambial*

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associadas ativos e passivos da Companhia.

a) Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas controladas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas da OSX. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos são utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

27. Instrumentos financeiros - Continuação

27.2. Gerenciamento de risco - Continuação

27.2.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfolio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras e contas a receber.

Quadro de risco de crédito	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e equivalente de caixa	**2.142**	1.906
Clientes	**2.995**	2.524
	5.137	4.430

27. Instrumentos financeiros - Continuação

27.2 Gerenciamento de risco - Continuação

27.2.3 Risco de liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, ativo financeiro disponível para venda suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX CNl e OSX Serviços, ajuizou pedido de recuperação judicial, em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, deferido no dia 26 de novembro de 2013. No dia 17 de dezembro de 2014 ocorreu, em Assembleia Geral de Credores, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, sendo a mesma homologada em 19 de dezembro de 2014 com data de publicação no dia 8 de janeiro de 2015. Dessa forma, os pagamentos de partes das obrigações da Companhia estão sendo tratados segundo os termos previstos no referido plano.

28. Cobertura de seguros (Não revisado)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	30/09/2018	**31/12/2017**
Riscos operacionais	**43.873**	59.826
Danos materiais	**60.000**	60.000
Responsabilidade civil de administradores		
	103.873	119.826

29. Continuidade Operacional

Os Planos de Recuperação Judicial aprovados pelos credores em dezembro de 2014 têm como objetivo permitir que a Companhia busque meios para a liquidação do seu endividamento e obtenção de novos recursos, de modo a viabilizar a manutenção das atividades da Companhia e de suas subsidiárias.

Dessa forma, a Companhia vem cumprindo com suas obrigações de pagamentos previstas com os seus credores quirografários, bem como de suas controladas em conformidade com as obrigações previstas nos respectivos Planos, respeitando a ordem de destinação das receitas.

Ao longo do terceiro trimestre de 2018, a Administração da Companhia apresentou inúmeras informações e prestou diversos esclarecimentos ao Administrador Judicial, com o intuito de demonstrar o continuo cumprimento das obrigações previstas nos Planos de Recuperação Judicial.

No que se refere ao ponto considerado crítico para a devida manutenção de nossas atividades e reestruturação financeira - obrigações extraconcursais -, salientamos que vimos buscando opções para renegociação de tais.

Nesse sentido, em setembro de 2018, a Companhia e suas controladas, OSX Construção Naval S.A. – Em Recuperação Judicial (“OSX CN”) e OSX Serviços Operacionais Ltda. – Em Recuperação Judicial, celebraram acordo de *standstill* com a Porto do Açu Operações S.A (“Porto do Açu”). Nos termos do acordo, a Porto do Açu concordou em abster-se de adotar qualquer medida para exigir das referidas empresas quaisquer obrigações pecuniárias, vencidas e vincendas, assumidas pelo Grupo OSX perante a Porto do Açu, incluindo, dentre outras, os alugueis vencidos e vincendos que passariam a ser devidos pela OSX CN à Porto do Açu, a partir de setembro de 2018, em relação à área no Porto do Açu. Esse acordo vigorará até 14 de dezembro de 2018 e será prorrogado por períodos adicionais e sucessivos de 30 (trinta) dias cada, de maneira automática.

Além das renegociações concursais já realizadas, a Administração vem envidando esforços para a reestruturação também de suas obrigações extraconcursais, em especial aquelas expressas na nota explicativa de nº 14 – Fornecedores – e na redução dos atuais custos de G&A e OPEX.

A Companhia entende que poderá valer-se do cenário favorável e continuar a apoiar a PdA na prospecção de novos clientes para locação da área no Porto do Açu, visando equalizar suas receitas em contrapartida das obrigações geradas para manutenção dos Planos, que no âmbito financeiro, continua a ser o foco da Companhia. Além disso, novas propostas vêm sendo negociadas e previstas para serem concretizadas no curto prazo, conforme evidenciado em documentos que embasaram o cálculo do valor justo da área do porto cedida à Companhia. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, em 03 de setembro de 2018, a OSX CN, celebrou um novo Contrato de Locação com o Consórcio Dome Serviços Integrados, de parte da área

29. Continuidade Operacional – Continuação

localizada no Complexo Industrial do Superporto do Açu, com eficácia a partir desta data e por prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser renovado por igual período.

A Companhia e suas controladas estão aplicando o pressuposto de continuidade operacional, porém existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional relacionada ao sucesso do plano de recuperação judicial.

30. Operação Lava Jato

A OSX esclarece que tampouco atual Administração como a Companhia possuem qualquer envolvimento direto na ação cujo o objeto são as investigações relacionadas à 34ª fase da Operação Lava Jato realizada em 22 de setembro de 2016. Cumpre esclarecer que o contrato firmado pela Integra Offshore Ltda. ("Integra") - subsidiária com personalidade jurídica própria e na qual a OSX detém participação minoritária – para a construção das plataformas P-67 e P-70 se trata do objeto das investigações do Ministério Público e da Polícia Federal.

A esse respeito, a OSX prestou ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos responsáveis todas as informações que lhe foram solicitadas relacionadas à Integra. A OSX reforça o comprometimento da gestão com a transparência, as boas práticas de governança e a responsabilidade na administração dos recursos.

Composição do Conselho de Administração

Pedro de Moraes Borba
Presidente do Conselho

Fernando Martins
Conselheiro

Rogério Freitas
Conselheiro Independente

Composição da Diretoria

Fernando Martins
Diretor Jurídico

Bruna Born
Diretora de Relações com Investidores

Erika Barbosa Pereira
Contadora
CRC – RJ-110794/O-3

Declaração dos Diretores o sobre o Relatório dos Auditores Independentes

A Diretoria entende que a incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia levantada pelos auditores decorre, como justificado pelo próprio auditor, do cenário de incertezas associado ao sucesso do plano de recuperação judicial, bem como pelo fato incorrer em prejuízos recorrentes.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018.

A Administração

_____
Fernando Martins
Diretor Jurídico

_____
Bruna Born
Diretora de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 30 de setembro de 2018, autorizando sua divulgação.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018.

A Administração

_____
Fernando Martins
Diretor Jurídico

_____
Bruna Born
Diretora de Relações com Investidores